



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2024

(Processo Administrativo n.º 02125.001502/2023-71)

O **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, por meio da Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2 - Nordeste, sediada na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Rodovia BR 230, Km 10, s/n, Bairro Amazônia Park - Cabedelo/PB, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **chamamento público** para prospecção do mercado imobiliário no município de Boa Nova, localizado no sudoeste do estado da Bahia, visando futura locação de imóvel, nos termos deste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objetivo a prospecção do mercado imobiliário no município de Boa Nova, no estado da Bahia, com a finalidade de viabilizar possível locação de imóvel para abrigar a sede administrativa do Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio da Vida Silvestre de Boa Nova, mediante coleta de propostas de eventuais interessados que atendam os requisitos mínimos especificados neste Edital.

1.2. O chamamento público tem por objetivo realizar uma prospecção do mercado imobiliário e não implica obrigatoriedade de locação do imóvel ou de aceite de quaisquer das propostas apresentadas.

1.3. O imóvel deverá dispor de área edificada de aproximadamente 236m² (duzentos e trinta e seis vinte metros quadrados), bem como atender aos condicionantes estabelecidos no Anexo III - Programa de Necessidades SEI n.º 1/2023-NGI ICMBio Sudoeste Baiano 16271864, do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O imóvel deverá estar totalmente concluído ou em fase de conclusão, devendo estar em condições de operação no momento da entrega das chaves, devidamente adaptado ao *layout* da unidade e aos padrões exigidos neste Edital e seus Anexos, e de acordo com os termos da proposta apresentada.

2. DO ACESSO AO EDITAL

2.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no sítio oficial do ICMBio: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/chamamento-publico/2024>.

2.2. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos seguintes canais: e-mails: ngi.icmbio.sudoeste.baiano@icmbio.gov.br, coagr2@icmbio.gov.br e gr2@icmbio.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Núcleo de Licitações e Contratos da Coordenação de Apoio à Gestão Regional, sediada na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Rodovia BR 230, Km 10, s/n, Bairro Amazônia Park - Cabedelo/PB. CEP: 58.106-402.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação justifica-se pela necessidade premente espaço físico para abrigar a sede administrativa do Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio da Vida Silvestre de Boa Nova. O imóvel em questão deverá necessariamente estar localizado no município de Boa Nova/BA, que se encontra na zona de

amortecimento da unidade de conservação. Trata-se de localidade estratégica para as ações de gestão do parque nacional.

3.2. Outrossim, a contratação se faz imprescindível em virtude da necessidade de abrigar, apoiar e operacionalizar a brigada de combate a incêndios florestais, além de apoiar as ações da unidade de conservação. Com efeito, a cidade de Vitória da Conquista distante 114 quilômetros do parque, de modo que a distância impossibilita o pronto combate a incêndios e emergências ambientais. O município de Boa Nova, por sua vez, representa a condição ideal como suporte à unidade de conservação.

4. DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. Considerando a natureza do serviço a ser contratado, foram observados as disposições:

4.1.1. Da Portaria Conjunta n.º 38, de 31 de julho de 2020, alterada pela Portaria Conjunta n.º 28, de 24 de março de 2021, estabelece prazos para a atualização cadastral das informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros;

4.1.2. Da Portaria Interministerial n.º 323, de 10 de setembro de 2020, dispõe sobre procedimentos para adaptações de acessibilidade nos imóveis de uso público dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e para divulgação da situação de acessibilidade das edificações públicas federais;

4.1.3. O Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Ambientes em Imóveis Institucionais da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

4.1.4. Da Portaria n.º 19.385/2020, de 14 de agosto de 2020, apesar do âmbito de aplicação ser restrito aos órgãos do Ministério da Economia.

4.2. A locação obedecerá:

4.2.1. As disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18 de dezembro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes;

4.2.2. O disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que normatiza licitações e contratos da Administração Pública;

4.2.3. A Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, alterada pela Portaria n.º 5.168, de 14 de maio de 2021, que Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços;

4.2.4. Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços;

4.2.5. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 103, de 30 de dezembro de 2022, que estabelece os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame pessoas físicas ou jurídicas que possuam imóvel compatível com o objeto desta consulta e que atendam às condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

5.2. Não poderão participar deste certame:

5.2.1. Interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução e liquidação;

5.2.2. Interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com a sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

5.2.3. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão do órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente chamamento público.

5.3. Os atos formais realizados em nome das(os) participantes interessadas(os) deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento de seleção e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital.

5.3.1. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa física ou jurídica.

5.4. O chamamento público será conduzido pela Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2 - Nordeste em conjunto com a Chefia do NGI ICMBio Sudoeste Baiano.

5.5. O chamamento público não implica em obrigatoriedade de locação do imóvel. O ICMBio reserva-se o direito de escolher a proposta que melhor atenda aos interesses da Administração.

6. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. De modo a permitir a análise das condições de oferta do mercado imobiliário local e sua adequação ao padrão exigido pelo ICMBio, os interessados deverão apresentar suas propostas conforme Anexo III deste Edital.

6.2. Deverão constar na proposta as especificações do imóvel de acordo com as disposições do Edital e seus Anexos, com apresentação de Memorial Descritivo e desenhos de arquitetura;

6.3. A proposta deverá conter o prazo para execução das adaptações necessárias;

6.4. A proposta deverá incluir a identificação dos proprietários e seus representantes, incluindo telefone e e-mail.

6.5. A proposta de preço e a documentação para habilitação, em envelope lacrado, deverão ser endereçadas à sede da Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2 - Nordeste ou na sede do NGI ICMBio Sudoeste Baiano, via Correios ou pessoalmente, nos seguintes endereços:

6.5.1. Rodovia BR 230, Km 10, s/n.º, Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Bairro Amazônia Park. Cabedelo/PB - CEP: 58.106-402;

6.5.2. Rua João Pessoa n.º 311, Andar Térreo, Bairro Centro. Vitória da Conquista/BA - CEP.: 45.000-610.

6.6. A proposta será recebida nos horários das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo horário de Brasília, até o 15.º dia útil contado a partir da publicação deste edital em Diário Oficial.

6.7. Os documentos de habilitação exigidos neste Edital poderão ser entregues em original, autenticados nos termos do edital ou por qualquer processo de cópia, desde que perfeitamente legíveis.

6.8. A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, correção (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas.

6.9. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do proponente e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

<p style="text-align: center;">INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO COORDENAÇÃO DE APOIO À GESTÃO REGIONAL NORDESTE ou NGI ICMBIO SUDOESTE BAIANO</p> <p style="text-align: center;">CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2024</p> <p style="text-align: center;">DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS</p> <p style="text-align: center;">NOME DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA: CPF/CNPJ N.º:</p>
--

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PROPOSTA

- 7.1. A proponente deverá apresentar os documentos de habilitação e a proposta em conformidade com o exigido neste Edital.
- 7.2. Não serão recebidos envelopes após a data indicada no Item 6.6.
- 7.3. Deverão constar da proposta o valor mensal e anual do aluguel, os quais deverão computar todos os custos necessários para a realização do objeto da locação, bem como os impostos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, garantias, taxas, emolumentos, seguros, exigências de adequações previstas nesta convocação e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o contrato, relacionados com a locação.
- 7.4. A proposta deverá indicar o prazo para adaptação do imóvel e entrega das chaves, conforme condições estabelecidas em Edital.
- 7.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta de preços acarretará, necessariamente, a aceitação total das condições previstas neste Edital.
- 7.6. A proposta deverá ter validade de no mínimo 90 (noventa) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.
- 7.7. Os interessados em participar da seleção devem encaminhar os documentos de habilitação e a proposta em envelope devidamente lacrado e fechado contendo os dados ou documentos relativos ao imóvel.
- 7.8. Não serão aceitas correções (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas nos campos que envolvem valores, quantidades e prazos, a fim de evitar que seja comprometida a interpretação das informações apresentadas.
- 7.9. A proposta necessariamente deverá conter:
- 7.9.1. Endereço do imóvel;
 - 7.9.2. Número de pavimentos;
 - 7.9.3. Área total do imóvel, detalhando a área útil, a área de expediente e a área comum, a qual deverá ser devidamente discriminada;
 - 7.9.4. Fotos do imóvel (fachada, laterais e interna por pavimento);
 - 7.9.5. Informação acerca da disponibilidade de vagas de estacionamento.
- 7.10. A proposta deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:
- 7.10.1. Cópia autenticada da certidão de matrícula do imóvel, comprovando a propriedade do bem;
 - 7.10.2. Declaração atestando que não pesa, sobre o imóvel, qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos, cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da comissão designada, Anexo IV.
 - 7.10.3. Croquis ou plantas baixas dos pavimentos e fachadas.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Aquele a ser contratado deverá apresentar, quando solicitado, os seguintes documentos de habilitação além dos requeridos no Anexo I – Projeto Básico, obrigando-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- 8.1.1. Pessoa jurídica:
 - 8.1.1.1. Da habilitação jurídica
 - a) Para empresa individual: Registro Comercial;
 - b) Para sociedades comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e/ou último Aditivo consolidado, devidamente registrado(s);
 - c) Para sociedades por ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e/ou último Aditivo consolidado, devidamente registrado(s) e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e

d) Para sociedades civis: Inscrição ou ato constitutivo acompanhado de prova da diretoria em exercício.

8.1.1.2. Da regularidade fiscal

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Federal, dentro do prazo de validade, ou seja, certidão conjunta negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, conforme Decreto n.º 5.512 de 15/08/2005;
- c) Prova de Regularidade para com a Secretaria da Fazenda do Estado, da Sede do interessado, dentro do prazo de validade;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, da Sede do interessado, dentro do prazo de validade, relativo aos tributos mobiliários e imobiliários; e
- e) Prova de Regularidade para com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

8.1.1.3. Da qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da interessada.

8.1.1.4. Da qualificação trabalhista

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, dentro do prazo de validade comprovando a inexistência de débitos não pagos perante a Justiça do Trabalho.

8.1.2. Pessoa física:

- a) Cópia da Cédula de Identidade e do CPF;
- b) Certidão de estado civil;
- c) Cópia de comprovante de endereço em nome do proprietário;
- d) Certidão de quitação de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais;

8.1.3. Documentação do imóvel (tanto para pessoa física quanto jurídica):

- a) Cópia autenticada do Registro de Imóveis;
- b) Planta baixa do imóvel, devidamente cotada;
- c) Certidão de quitação das últimas contas de energia elétrica, água, esgoto do referido imóvel e taxas condominiais, se for o caso;
- d) Certidão de quitação do IPTU/taxas imobiliárias;
- e) Cópia autenticada da Carta de Habite-se;
- f) Alvará do Corpo de Bombeiros e demais documentações necessárias, nos termos da legislação local;
- g) Plano de Segurança Contra Incêndio e Pânico - PPCI, protocolizado perante o Corpo de Bombeiros;

8.2. Para fins de habilitação, a verificação de documentos habilitatórios pela entidade promotora do certame nos sítios oficiais de órgãos constitui meio legal de prova, notadamente a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.2.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.2.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.4.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.5. Constatada a existência de sanção, a Administração reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos no presente Edital e seus Anexos.

8.4. Poderão ser solicitadas aos licitantes a apresentação de informações complementares acerca da proposta, motivo pelo qual os proponentes deverão fazer constar da proposta de locação os números de telefone e o nome das pessoas que possam tratar da visitaçõ e fornecer os dados solicitados.

8.5. A documentação relacionada anteriormente não elimina a possibilidade de exigência futura de outros documentos, em função das peculiaridades de cada caso.

8.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7. O documento obtido através de sítios oficiais que esteja condicionado à aceitação via internet terá sua autenticidade verificada.

8.8. O documento redigido em idioma estrangeiro somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

8.9. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados dentro dos prazos de suas respectivas validades. Na hipótese do documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

8.10. A inobservância da formalidade prevista no item anterior não configura motivo para não aceitação da proposta do interessado, porém não o exime de eventual responsabilidade administrativa e/ou criminal, resguardado o direito de provar, por qualquer outro meio admitido por lei, que entregou ou deixou de entregar os documentos requeridos neste edital.

9. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A abertura dos envelopes recebidos pelo ICMBio se dará no dia 10 de junho de 2024, às 09h00min (horário local), na sede do NGI ICMBio Sudoeste Baiano, situado na rua João Pessoa n.º 311, Andar Térreo, Bairro Centro. Vitória da Conquista/BA - CEP.: 45.000-610, em sessão pública e em vídeo conferência juntamente com os membros da Equipe de Planejamento lotados na Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2.

9.2. Na sessão serão registradas em ata todas as propostas recebidas e seus valores, além dos demais documentos apresentados pelas proponentes.

9.3. Na sessão será avaliada a melhor proposta dentre as apresentadas, contudo, por conveniência e oportunidade da Administração, caso se mostre necessária melhor análise, o resultado provisório da seleção não será divulgado na própria sessão, mas publicado posteriormente na página eletrônica do ICMBio, bem como comunicado aos interessados via e-mail, no endereço por eles indicado quando da apresentação da proposta.

9.4. Da análise da documentação e da decisão proferida pelos membros responsáveis pelo planejamento de contratação caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação do ato.

9.5. O prazo para decisão dos recursos será de até 8 (oito) dias úteis.

9.6. Decididos eventuais recursos, o resultado da análise de propostas e habilitação será publicado na página eletrônica do ICMBio e no Diário Oficial.

10. DA AVALIAÇÃO

10.1. Após atendimento das exigências do chamamento público, o imóvel será avaliado pelos membros responsáveis para verificação da adequação da proposta técnica.

10.2. Os imóveis escolhidos serão objeto de avaliação imobiliária, para adequação do valor do aluguel ao preço de mercado, e/ou estrutural.

10.3. Após a prospecção do mercado imobiliário pretendido e avaliação dos imóveis será iniciado o procedimento de contratação.

10.4. Da avaliação dos imóveis caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação do ato.

10.5. O prazo para decisão dos recursos será de até 8 (oito) dias úteis.

10.6. Decididos eventuais recursos, o resultado da avaliação será publicado na página eletrônica do ICMBio e no Diário Oficial.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após o resultado da prospecção do mercado imobiliário pretendido com o presente chamamento público, será iniciado o processo de locação de imóvel, desde que o preço de locação esteja compatível com o mercado.

11.2. Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender o Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio da Vida Silvestre de Boa Nova, o ICMBio optará pela inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, V, da Lei n.º 14.133/2021.

11.3. Caso se identifique mais de um imóvel em condições de atender o Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio da Vida Silvestre de Boa Nova o procedimento de prospecção servirá de respaldo para a tomada de decisão referente a realização do certame licitatório.

11.4. A classificação e a seleção da melhor proposta dentre as pré-qualificadas levará em consideração, especialmente, a conveniência e a adequação do imóvel à finalidade pretendida pela União, a sua localização, a qualidade do seu acabamento, a segurança do imóvel e do seu entorno, as condições de acessibilidade, o valor pretendido para a locação e o atendimento aos requisitos deste Edital e Anexos.

11.5. O locador, desde que garanta a entrega do imóvel no prazo exigido, poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências do ICMBio. Entretanto, seus os efeitos financeiros iniciarão após o recebimento definitivo do imóvel e apresentação do "Habite-se" e demais documentos exigidos.

11.6. Para assinatura do contrato serão exigidos os documentos que comprovem a regularidade fiscal do locador junto aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como documentação do imóvel quanto à propriedade e aprovação nos órgãos competentes.

11.7. Serão de responsabilidade do proprietário do imóvel as despesas de IPTU, taxas relacionadas ao imóvel, seguro do prédio e seus equipamentos contra descargas atmosféricas, explosões, incêndios e desastres naturais.

11.8. As obrigações decorrentes serão formalizadas por termo de contrato, celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a ser denominado LOCATÁRIO, e o proponente

escolhido, a ser denominado LOCADOR, que observará os termos da Lei n.º 8.245/1991 e, supletivamente, da Lei n.º 14.133/21 e demais normas legais pertinentes.

11.9. Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:

- a) cópia autenticada do “Habite-se” do imóvel;
- b) cópia autenticada do registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis;
- c) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais à dívida ativa da união se o locador for pessoa física;
- d) se o locador for pessoa jurídica: certificado de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) cópia autenticada do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;
- f) contrato celebrado entre o proprietário do imóvel e a imobiliária, se for o caso;
- g) Contrato Social da imobiliária, se for o caso;
- h) relativamente ao ICMS e ITCM (transmissão causa mortis), Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativamente ao ISSQN, IPTU e ITBI (transmissão *inter vivos*).

11.10. O proponente escolhido poderá aguardar a assinatura do contrato para iniciar as adequações do imóvel às exigências do ICMBio.

11.10.1. Além de cópias dos projetos arquitetônicos e complementares, deverão ser entregues os manuais e especificações para manutenção dos equipamentos instalados no imóvel.

11.10.2. Todos os projetos, as plantas, leiautes, os projetos elétricos, lógica, hidráulico-sanitário, sistema de combate ao incêndio e climatização completos deverão ser entregues conforme *As built*.

12. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O prazo de vigência do contrato de locação, conforme Art. 9 da IN 103/2022, é de 5 (cinco) anos, contados da data de recebimento do objeto inicial, tendo em vista que o modelo de locação adotado é o tradicional.

12.2. O contrato firmado poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme § 1º, do art. 9º da IN 103/2022.

12.2.1. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, vedando-se ajustes verbais ou prorrogações automáticas.

12.3. Caso não tenha interesse na prorrogação, a parte deverá enviar comunicação escrita, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

12.4. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8.º da Lei n.º 8.245/91, ficando desde já autorizado o LOCATÁRIO a proceder à averbação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente, correndo as despesas decorrentes por conta do LOCADOR.

12.5. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante termo precedido de vistoria do imóvel.

13. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO IMÓVEL

13.1. O recebimento provisório do objeto está condicionado à vistoria preliminar a ser realizada pelos membros responsáveis.

13.1.1. O imóvel deverá ser entregue com a infraestrutura adequada aos padrões do ICMBio acabado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento, desocupado e com as instalações

devidamente em funcionamento de acordo com o descrito neste Edital e seus anexos, para avaliação preliminar do ICMBio em até 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela equipe técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

13.1.2. No ato da entrega, o imóvel deverá apresentar as características previstas e descritas no Edital e seus anexos.

13.1.3. Estando o imóvel proposto efetivamente disponível para ocupação do ICMBio, e uma vez confirmado que aquele está de acordo com as características propostas, será emitido Termo de Recebimento Provisório do Imóvel.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO

14.1. O ICMBio emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do Termo de Recebimento Provisório do Imóvel, caso o imóvel atenda a todas as características previstas neste documento e que todas eventuais pendências informadas pela área técnica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade tenham sido sanadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao NGI ICMBio Sudoeste Baiano ou à COAGR-2 - Nordeste, nos endereços eletrônicos: ngi.icmbio.sudoeste.baiano@icmbio.gov.br, coagr2@icmbio.gov.br e gr2@icmbio.gov.br, ou pelo telefone: (83) 99100-0466.

15.2. As propostas apresentadas serão submetidas ao ICMBio para emissão de parecer e laudo de avaliação individualizado.

15.3. Os casos omissos porventura existentes serão resolvidos em conformidade com a legislação vigente.

15.4. O presente chamamento público não importa necessariamente em contratação, podendo o ICMBio optar pela realização de outro procedimento para a consecução do interesse público pretendido.

15.5. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de original.

15.6. Os prazos estabelecidos neste Edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2 - Nordeste.

15.7. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.9. Fica estabelecido o Foro da Paraíba dirimir quaisquer controvérsias acerca dos termos deste Edital.

15.10. Constituem anexos deste edital:

15.10.1. Apêndice - Estudo Técnico Preliminar;

15.10.2. ANEXO I - Projeto Básico;

15.10.3. ANEXO II - *Checklist* para Apuração dos Atributos dos Imóveis;

15.10.4. ANEXO III - Modelo de Proposta;

15.10.5. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Impedimento ou Desimpedimento de Imóvel.

Cabedelo, na data da assinatura eletrônica

(assinado eletronicamente)

JOSEILSON DE ASSIS COSTA

Coordenação de Apoio à Gestão Regional 2 - Nordeste
Chefe de Serviço

(assinado eletronicamente)

JURANDI FERRAZ DOS SANTOS

Técnico Ambiental
NGI ICMBio Sudoeste Baiano

(assinado eletronicamente)

ALDREY DERKIAN TEIXEIRA SANTOS

Técnico Administrativo
NGI ICMBio Sudoeste Baiano

(assinado eletronicamente)

LÉIA LOBO DE SOUZA CARVALHO

Chefe
NGI ICMBio Sudoeste Baiano



Documento assinado eletronicamente por **Joseilson de Assis Costa, Analista Administrativo**, em 29/04/2024, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leia Lobo de Souza Carvalho, Chefe**, em 30/04/2024, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jurandi Ferraz dos Santos, Técnico Administrativo**, em 30/04/2024, às 09:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aldrey Derkian Teixeira Santos, Técnico Administrativo**, em 30/04/2024, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **18477151** e o código CRC **4D1B8A23**.